



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação e respectivas questões

Nos últimos anos, a questão da habitação transformou-se num dos mais incómodos problemas sociais. Se bem que não tenham sido poucas as políticas implementadas pelo Governo da RAEM, o efeito surtido foi bastante limitado. Atendendo não só à falta de um rumo definido e de medidas concretas para a política de habitação, bem como ao grande número de trabalhadores importados, a aproximar-se dos 100 mil, e ainda ao facto de o efeito do imposto do selo especial já ter sido digerido, os preços dos imóveis atingiram de forma contínua um alto nível, ultrapassando significativamente a capacidade de compra dos residentes. Além disso, foi assustadora a subida das rendas, e mesmo os que recebem o subsídio de renda de habitação social (destinado às famílias à espera de habitação social) sentem grandes dificuldades. Assim sendo, tendo em consideração a estreita relação da questão da habitação com a população e também com a constituição de família pelos jovens, no futuro, gostaria de interpelar sobre o seguinte:

1. Nas LAG'2012, salientou o Governo da RAEM que ia implementar medidas de médio e longo prazo para regulamentar a compra e venda de imóveis do mercado privado, no sentido de salvaguardar os interesses dos compradores e promover o saudável e sustentável desenvolvimento do mercado imobiliário. No entanto, quer as propostas de lei que estão actualmente em apreciação nesta Assembleia, quer as propostas que vão



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ser apresentadas em breve, não conseguem surtir quaisquer efeitos substanciais sobre o mercado privado de imóveis, pelo contrário, estão cheias de problemas, conduzindo assim à perda de tempo e de sentido para a sua discussão, para além de se colocar sempre o mercado num estado de incerteza pela abundância de especulações. Com vista a desenvolver sustentada e saudavelmente o mercado imobiliário, no sentido de resolver as dificuldades da população na “compra”, no “arrendamento” e no “pagamento de amortizações” de imóveis, dispõe o Governo de medidas ou políticas mais concretas e eficazes?

2. O Governo da RAEM divulgou recentemente o texto de consulta sobre a “Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública (2011-2020)”, que se tornou alvo de fortes críticas, com acusações de ter sido elaborado à “porta fechada” e de forma irrealista. O compromisso da construção das 19 mil habitações públicas está quase concretizado e, depois de resolver o problema de habitação dos candidatos antigos, como resolver o de outros cidadãos que carecem de ajuda, vai ser outra questão a que o Governo não se pode esquivar de modo algum. Neste contexto, consegue o Governo divulgar, com precisão, a data de reinício para o recebimento dos pedidos de habitações sociais e económicas, bem como, clarificar o rumo da sua política habitacional? Mais ainda, para além da atribuição das casas sociais no prazo de 4 anos, vai também fixar um prazo para a atribuição das casas económicas, no sentido de permitir que os candidatos tenham uma previsão mais clara?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. Tendo em conta as falhas cometidas ao longo dos anos pelo Governo da RAEM na política de habitação e o prolongamento do tempo para atribuição das habitações sociais e económicas, muitos candidatos que reuniam requisitos acabaram por ficar desqualificados. Vai o Governo tratar desses casos de forma discricionária? Dispõe ainda de alguma solução específica para ajudar os agregados familiares dos candidatos que eram ainda menores, na altura da apresentação do pedido, e para ajudar as pessoas idosas que não têm rendimentos, mas possuem algumas poupanças, para evitar que se transformem num grupo sem abrigo e fora do âmbito das normas vigentes?

31 de Maio de 2012.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Chan Wai Chi